



CONTRATO Nº 96/2023

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 81/2023
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 32/2023
HOMOLOGAÇÃO 24/08/2023**

Pelo presente instrumento de Contrato, o **MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO**, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Alberto Ernesto Lang, nº 29, Centro, do Município de Presidente Castello Branco/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 82.777.244/0001-40, neste ato representado pela Prefeita Municipal, **Sra. Neiva Kleemann Toniolo**, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 533.236.029-00 e o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO**, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Avenida 17 de Fevereiro, 374, Centro, do Município de Presidente Castello Branco/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 11.333.647/0001-51, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde e Bem Estar Social, **Sr. Edmilson Cervelin**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 015.575.409-26, doravante denominados **CONTRATANTES**, e a empresa **MEQTAC CRONOTACOGRAFOS OESTE LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.899.339/0001-86, estabelecida na Rodovia BR-153, s/n, Vila Jacob Biezus, Município de Concórdia/SC, CEP 89712-270, neste ato representado por seu Administrador, **Sr. Tiago Junior Lopes**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 025.527.949-39, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente contrato, mediante sujeição mútua às seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

Fazem parte do presente termo, independentemente de transcrição, todos os elementos que compõem este contrato, inclusive a proposta pela contratada.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 O objeto do presente instrumento consiste na contratação de empresa especializada para a aferição de tacógrafos e emissão de certificados validos por dois (02) anos dos veículos das frotas da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social e Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Serviços Urbanos do Município de Presidente Castello Branco/SC, conforme segue:

Item	Qtde.	Unid.	Especificação	Valor unit.	Valor total
01	10	Serv	Aferição de tacógrafos e emissão de certificado para veículos discriminados a seguir, realizado por empresa autorizada pelos órgãos competentes (INMETRO) para tal atividade. Lotados na Secretaria de Educação Cultura e Desporto: Placa RDY 2B75 Micro Ônibus Placa: RDY 1F71 Sprinter Placa RLB 6F18 Ônibus Placa RLB 2E79 Micro Ônibus Lotados na Secretaria de Saúde e Bem Estar Social: Placa: QTK 0H13 Sprinter Placa: RYG 0G91 Transit Ford Lotados na Secretaria de Transportes obras e Serviços Urbanos: Placa: MML 4372 Caminhão Basculante marca Mercedes Benz Atron 2729k Placa: MKX 0406 Caminhão Basculante marca Ford cargo 2623 6x4 Placa: RXS 5G16 Caminhão Basculante marca Iveco Tector Placa: REA 6F95 Caminhão Tanque marca Iveco Tector	R\$ 415,00	R\$ 4.150,00
TOTAL					R\$ 4.150,00



CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

3.1 O preço total ajustado para a prestação do serviço e aquisição dos itens objeto deste Contrato é a importância de **R\$ 4.150,00 (quatro mil, cento e cinquenta reais)**, sendo que o valor a ser pago será efetuado em até 30 (trinta) dias após a apresentação da nota fiscal e atestado do Fiscal de Contrato nomeado pelo Município nesta nota que será feito através de crédito em conta na Instituição Financeira indicada pela empresa.

3.2 O pagamento somente será efetuado após a prestação do serviço e entrega dos itens e a conferência dos mesmos efetuado pelo Fiscal de Contrato nomeado pelo Município.

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTE

4.1 Não haverá reajuste, nem atualização de valores, exceto na ocorrência de fato que justifique a aplicação da alínea “d”, do inciso II, do artigo 65, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada.

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1 As despesas decorrentes do presente Processo Licitatório nº 81/2023, modalidade de Dispensa de Licitação nº 32/2023 para o ano de 2023, correrão à conta dos recursos orçamentários vigentes nas rubricas abaixo:

a) Recursos Próprios:

ORDEM	DESCRIÇÃO
04.00	FUNDO MUN. DE SAUDE DE PRESIDENTE CASTELLO BRANCO
04.01	Fundo Mun. de Saúde de Presidente Castello Branco
2.010	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
3.3.90.0500	Aplicações Diretas
ORDEM	DESCRIÇÃO
06.00	SECR. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
06.01	Diretoria Municipal de Educação
2.012	MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
3.3.90.0500	Aplicações Diretas
ORDEM	DESCRIÇÃO
08.00	SECR. MUN. OBRAS, TRANSP. E SERVIÇOS URBANOS
08.01	Depto. Municipal de Estradas e Rodagem - DMER
2.038	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO DMER
3.3.90.0500	Aplicações Diretas

CLÁUSULA SEXTA – DOS DIREITOS E DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1 Responsabilidade da Contratada

6.1.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no contrato, seus anexos e sua proposta, assumindo os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas.
- É vedado ao Contratado subcontratar outra empresa para a execução do objeto deste Edital.
- Prestar o serviço em até 02 (dois) dias, após a emissão da Autorização de Fornecimento emitida pelo setor de compras do município. Por absoluta necessidade serão deslocados os veículos das secretarias municipais até a empresa vencedora conforme necessidade da contratante.

6.2 Responsabilidade da Contratante

6.2.1 Receber os itens no prazo e condições estabelecidas no contrato e seus anexos;

6.2.2 Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.2.3 Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de agente especialmente designados;

6.2.4 Efetuar o pagamento à Contratada, com vistas do fiscal do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7.1 - Sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei 14.133/2021, a empresa contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, assegurada a prévia defesa:

7.2 - Pelo atraso injustificado na execução do Contrato:

7.2.1 - Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), sobre o valor do contrato, por dia de atraso, limitada ao total de 10% (dez por cento);

7.3 - Pela inexecução total ou parcial do Contrato:

7.3.1 - Multa de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor do Contrato ou da parte não cumprida;



7.3.2 - Multa correspondente à diferença de preço resultante de licitação realizada para complementação ou realização da obrigação não cumprida.

7.4 - O valor a servir de base para o cálculo das multas referidas nos subitens 7.3.1 e 7.3.2 será o valor inicial do Contrato.

7.5 - As multas aqui previstas não têm caráter compensatório, porém moratório e, conseqüentemente, o pagamento delas não exime a empresa contratada da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha acarretar ao Município de Presidente Castello Branco.

CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES E VIGÊNCIA

8.1 A contratada se obriga a manter durante a vigência contratual, as condições apresentadas na proposta, sob pena de motivo justo para rescisão e aplicação de penalidades.

8.2 A vigência do contrato decorrente desta licitação será até 31 de dezembro de 2023.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1 Da penalidade aplicada caberá recurso, no prazo de 15 (quinze) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção, ficando sobrestada a mesma até o julgamento do pleito.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

10.1 O presente contrato será fiscalizado pela servidora municipal Sra. Andressa Paula Borsatti, conforme Portaria nº P/0889/2023, de 24 de agosto de 2023, nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL.

11.1 Este Contrato poderá ser alterado, nos casos previstos pelo disposto no art. 124 da Lei Federal nº 14.133/21, de 1º de abril de 2021, atualizada, sempre através de Termo Aditivo, numerado sempre em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 O não cumprimento ou o cumprimento irregular das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, assegurará ao Município o direito de rescindir o Contrato, mediante notificação através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem ônus de qualquer espécie para a Administração e sem prejuízo do disposto na Cláusula Décima Primeira.

12.2 O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 137 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 1993, atualizada:

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nos seguintes casos:

I. O atraso injustificado, a juízo da Administração, na entrega do objeto licitado;

II. Entrega de objeto fora das especificações constantes no contrato;

III. A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato a associação da empresa vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

IV. O desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a prestação do serviço, assim como as de seus superiores;

V. O cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Contrato, devidamente anotadas.

VI. A decretação de falência ou a instauração de insolvência civil;

VII. A dissolução da empresa;

VIII. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que, a juízo da Administração, prejudique a execução deste Contrato;

IX. Razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

X. A ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

12.3 A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada pela autoridade competente.

12.4 Em havendo rescisão administrativa, ficam reconhecidos os direitos do Município, nos termos do artigo 139, da Lei de Licitações.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

13.1 O presente instrumento rege-se pelas disposições expressas na Lei nº 14.133/21, de 1º de abril de 2021 e suas alterações posteriores e dos princípios gerais de Direito.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA– DA VINCULAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO

14.1 Este Contrato está vinculado ao Processo Licitatório nº 81/2023, para todos os efeitos legais e jurídicos e nos termos da Lei 14.133/21, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1 Este Contrato é intransferível, não podendo a Contratada, de forma alguma, sem anuência do contratante, sub-rogar seus direitos e obrigações a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DO FORO

16.1 Fica eleito o foro da Comarca de Concórdia/SC, para dirimir dúvidas ou questões oriundas do presente Contrato.

16.2 E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento contratual, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias iguais e rubricadas para todos os fins de direito, na presença das testemunhas abaixo.

Presidente Castello Branco (SC), 24 de agosto de 2023.

CONTRATANTE
NEIVA KLEEMANN TONIELO
PREFEITA MUNICIPAL

CONTRATANTE
EDMILSON CERVELIN
SEC. MUNIC. DE SAÚDE E BEM ESTAR SOCIAL

CONTRATADA
TIAGO JUNIOR LOPES
MEQTAC CRONOTACOGRAFOS OESTE LTDA

FISCAL DO CONTRATO
ANDRESSA PAULA BORSATTI

Testemunhas:

ALEXANDRA SCHUMANN
CPF: 088.005.529-43

EDENILSON DOMINGOS ZENI
CPF: 021.252.659-6